

Seção Temática: Filosofia Clássica Alemã: Recepção e Leituras na América Latina

**A dialética da libertação em Hegel e Paulo Freire:
uma recepção crítica**

The dialectic of liberation in Hegel and Paulo Freire:
a critical reception

La dialéctica de la liberación en Hegel y Paulo Freire:
una recepción crítica

Francisco Antonio da Silva Filho¹
Francisco Jozivan Guedes de Lima²

Resumo

O presente artigo analisa a dimensão dialética da *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, investigando de que maneira a relação opressor-oprimido e a noção de conscientização dialogam com a tradição dialética do senhor e do escravo posta na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel. O objetivo do estudo é compreender como Freire reelabora criticamente categorias ligadas à consciência, à liberdade e à emancipação humana no contexto histórico latino-americano. A pesquisa possui caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentando-se na análise interpretativa da obra freireana e de sua relação com Hegel. Os resultados indicam que Freire desloca a dialética hegeliana para o campo da educação popular e da práxis emancipatória, convertendo a contradição entre opressores e oprimidos em fundamento de uma pedagogia humanizadora. Conclui-se que a *Pedagogia do Oprimido* ultrapassa o campo educacional e se afirma como contribuição relevante ao debate filosófico sobre consciência, reconhecimento e libertação humana.

Palavras-chave: Consciência. Dialética. Emancipação. Humanização.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9159-5537>. E-mail: ochicofilho@gmail.com.

² Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4483-8393>. E-mail: jozivan2008guedes@gmail.com.



Abstract

This article analyzes the dialectical dimension of Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed, investigating how the oppressor-oppressed relationship and the notion of conscientization dialogue with the dialectical tradition of master and slave (lordship and bondage) presented in Hegel's *Phenomenology of Spirit*. The study aims to understand how Freire critically reworks categories related to consciousness, freedom, and human emancipation within the Latin American historical context. The research is bibliographic and qualitative in nature, grounded in an interpretive analysis of Freire's work and its relationship to Hegel. The results indicate that Freire shifts Hegelian dialectics into the field of popular education and emancipatory praxis, transforming the contradiction between oppressors and oppressed into the foundation of a humanizing pedagogy. It is concluded that Pedagogy of the Oppressed goes beyond the educational field and stands as a relevant contribution to the philosophical debate on consciousness, recognition, and human liberation.

Keywords: Consciousness. Dialectics. Emancipation. Humanization.

Resumen

Este artículo analiza la dimensión dialéctica de la Pedagogía del Oprimido de Paulo Freire, investigando cómo la relación opresor-oprimido y la noción de concientización dialogan con la tradición dialéctica de señor y esclavo presentada en la *Fenomenología del Espíritu* de Hegel. El objetivo del estudio es comprender cómo Freire reelabora críticamente categorías vinculadas a la conciencia, la libertad y la emancipación humana en el contexto histórico latinoamericano. La investigación posee carácter bibliográfico y cualitativo, fundamentándose en el análisis interpretativo de la obra freireana y de comentaristas de la tradición dialéctica. Los resultados indican que Freire desplaza la dialéctica hegeliana hacia el campo de la educación popular y de la praxis emancipadora, convirtiendo la contradicción entre opresores y oprimidos en fundamento de una pedagogía humanizadora. Se concluye que Pedagogía del oprimido supera el ámbito estrictamente educativo y se afirma como una contribución relevante al debate filosófico sobre conciencia, reconocimiento y liberación humana.

Palabras clave: Conciencia. Dialéctica. Emancipación. Humanización.

Introdução

A obra de Paulo Freire ocupa um lugar singular no pensamento social latino-americano e na história das teorias críticas da educação. Reconhecido internacionalmente como um dos intelectuais brasileiros mais influentes do século XX, Freire consolidou-se como referência incontornável nos debates acerca da educação, da emancipação humana e da transformação social. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, publicada

originalmente em 1968, tornou-se um dos livros brasileiros mais lidos e citados no mundo, sendo traduzida para dezenas de idiomas e incorporada aos debates acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento, especialmente educação, sociologia, ciência política e estudos culturais. A amplitude de sua recepção internacional evidencia não apenas a relevância de sua crítica às estruturas de opressão, mas também a atualidade de sua defesa da educação como prática de liberdade e construção histórica da humanização.

Apesar da ampla circulação de seu pensamento no campo pedagógico, a fortuna crítica dedicada a Freire frequentemente privilegia suas contribuições educacionais em detrimento das bases filosóficas que sustentam sua elaboração teórica. Nesse sentido, embora sua obra dialogue intensamente com diferentes matrizes do pensamento moderno e contemporâneo, a interlocução com a tradição da filosofia clássica alemã, particularmente com a dialética de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, ainda aparece, em muitos casos, de maneira secundária ou apenas incidental. Entretanto, a estrutura conceitual da *Pedagogia do Oprimido*, especialmente no que se refere à relação contraditória entre opressor e oprimido, à constituição da consciência, à superação da desumanização e à centralidade da práxis transformadora, revela aproximações significativas com categorias desenvolvidas na tradição dialética moderna, sobretudo na Fenomenologia do Espírito.

É precisamente nesse horizonte que se insere o presente estudo. Mais do que identificar influências diretas ou estabelecer paralelismos conceituais rígidos, interessa compreender de que modo Freire reelabora criticamente elementos da dialética hegeliana no interior da experiência histórica latino-americana, convertendo-os em fundamento de uma pedagogia comprometida com a emancipação dos sujeitos oprimidos. Assim, o problema central desta pesquisa pode ser formulado na seguinte questão: de que maneira a estrutura dialética presente na *Pedagogia do Oprimido* evidencia uma reelaboração e recepção crítica da dialética hegeliana a partir das condições históricas, políticas e sociais da América Latina?

Parte-se da hipótese de que Paulo Freire realiza uma apropriação crítica da tradição dialética hegeliana, especialmente no que se refere à compreensão da consciência como processo histórico constituído na contradição. Contudo, essa apropriação não ocorre como mera reprodução filosófica, mas como deslocamento ético-político da dialética para o campo da educação e da práxis social, transformando a relação

contraditória entre opressor e oprimido em eixo estruturante de uma pedagogia voltada à conscientização, à libertação e à humanização dos sujeitos históricos.

A hipótese deste trabalho pode ser desenvolvida para além da identificação de possíveis influências hegelianas no pensamento de Paulo Freire. A relação entre Hegel e Freire não deve ser compreendida prioritariamente como uma relação de reprodução conceitual, pois se trata de um processo de deslocamento de uma problemática filosófica. Se, em Hegel, a constituição da consciência de si e da liberdade passa pela relação com outra consciência, pelo conflito, pelo reconhecimento e pelo processo de formação, em Freire essa problemática é renovada no interior de relações históricas concretas de opressão, nas quais a formação da consciência assume a forma de conscientização e a liberdade passa a exigir a transformação das condições sociais que produzem a desumanização.

A relevância desta pesquisa reside tanto em seu caráter teórico-filosófico quanto em sua dimensão prática e político-pedagógica. Ao investigar a presença da dialética hegeliana do senhor e do escravo na obra de Paulo Freire, o estudo contribui para aprofundar a compreensão dos fundamentos conceituais da *Pedagogia do Oprimido* e para reconhecer Freire como um pensador inserido no debate filosófico moderno acerca da consciência, liberdade e emancipação humana. Além disso, em contextos marcados por desigualdades sociais e exclusão educacional, a reflexão freireana permanece relevante ao oferecer bases teóricas para práticas educativas dialógicas e transformadoras, capazes de contribuir para a democratização do conhecimento, a participação crítica e a construção de formas mais igualitárias de sociabilidade.

O que é a Pedagogia do Oprimido?

A *Pedagogia do Oprimido* foi publicada em 1968 durante o exílio de Freire no Chile, onde o pensador ajudou na construção de experiências de Educação Popular. Esse é o texto em que o autor nos apresenta a contradição fundamental que será a base de sua investigação, a contradição entre opressores e oprimidos, elemento central da chamada *educação popular* e de seu pensamento engajado para com os interesses dos explorados.

A Educação Popular como concepção pedagógica sistematizada só surge na década de 1960, popularizada principalmente pela *Pedagogia do Oprimido*, mas podemos apontar as raízes desse movimento no Brasil. Segundo Saviani (2008, p. 181), sobre a

movimentação política e educacional popular inicial no Brasil, “cabe observar que o desenvolvimento do movimento operário nesse período se deu sob a égide das ideias socialistas, na década de 1890, anarquistas (libertárias) nas duas primeiras décadas do século XX, e comunistas na década de 1920”. Nesse sentido podemos compreender o caráter popular como um direcionamento politicamente engajado.

A partir da segunda década do século XX os partidos políticos ligados aos trabalhadores começaram a defender o ensino popular, gratuito, profissional e laico. A luta e a reivindicação giravam, principalmente, ao redor da crítica ao Estado e como ele se colocava com relação à educação das classes populares. A proposta feita pelos partidos ligados à luta da classe operária apresentava a construção de bibliotecas populares e escolas operárias. Mas ainda assim, além das tendências socialistas representadas pelos partidos políticos, existiam as correntes libertárias que formavam algumas divergências dentro desse bloco:

[...] e expressavam-se num duplo e concomitante movimento: à crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializava na criação de escolas autônomas e autogeridas. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como um instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos. No aspecto propositivo os anarquistas no Brasil estudavam autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais como o de “Educação integral”, oriundo da concepção de Ferrer, e os traduziam e divulgavam na imprensa operária. Mas não ficavam apenas no estudo das ideias. Buscavam praticá-las por meio da criação da universidade popular, centros de estudos sociais e escolas [...] (Saviani, 2008, p. 182-183)

A partir desse breve histórico de organização de caráter popular podemos perceber ao que se filia no geral um projeto de Educação Popular, um projeto radicalmente democrático. Podemos partir para a primeira experiência prática de Paulo Freire com esse tipo de educação e que foi fundamental para elaboração da obra que sistematizaria essa concepção pedagógica popular:

Em 1963, quando já era professor da Universidade do Recife, Paulo Freire iniciou, com uma equipe de estudantes universitários e secundaristas, uma experiência capaz de alfabetizar em até 40 horas, que ficou conhecida como as “40 horas de Angicos”. Temas geradores, coletados junto à comunidade, serviam de base para a elaboração de exercícios que seriam desenvolvidos com os alfabetizados em sala de aula, trabalhando alfabetização e politização. (Silva, 2017, p.29)

A partir dessa citação, já podemos ter acesso a um conceito fundamental de sua concepção de educação, a categoria de *temas geradores*. Mas o que é um tema gerador? Vivemos em um mundo que é um todo. Esse todo, entretanto, é a síntese de múltiplas determinações e essas diversas determinações ou elementos dizem respeito a situações concretas de cada comunidade. O processo ensino-aprendizagem deve estar alicerçado sobre os signos e referências da comunidade. A comunidade pode ser, inclusive, uma sala de aula específica. As determinações sociais concretas em uma escola podem variar entre as turmas, ainda que haja certa totalidade em uma escola, bairro, cidade etc. Cabe ao educador ou educadora desenvolver as habilidades necessárias para encontrar os temas geradores mais adequados.

A influência hegeliana

Para um leitor atento e familiarizado com a tradição filosófica alemã clássica, a presença da dialética hegeliana torna-se evidente no interior da concepção de mundo e de sociedade elaborada por Paulo Freire, em especial no primeiro capítulo da sua *Pedagogia do Oprimido*. No prefácio de “*Aprender a dizer a sua palavra*”, Ernani Maria Fiori (2019, p. 12) faz a seguinte consideração sobre a formulação freireana: “a pedagogia do oprimido é, pois, libertadora de ambos, do oprimido e do opressor. *Hegelianamente*, diríamos: a verdade do opressor reside na consciência do oprimido”.

É possível pensar uma recepção crítica de Hegel a partir da obra freireana quando se considera que se considera todo um influxo de conceitos hegelianos em sua proposta pedagógica, sendo o movimento dialético um dos pontos fortes dessa relação. De acordo com João Alberto Wohlfart (2015, p. 65):

Uma análise aprofundada da obra freireana detecta aspectos filosóficos que estendem as suas raízes para o interior da Fenomenologia do Espírito, da Ciência da Lógica, da Enciclopédia das Ciências Filosóficas e da Filosofia da História hegelianas. Aspectos estruturantes de componentes éticos, ontológicos, epistemológicos e pedagógicos têm uma forte influência da filosofia hegeliana como matriz filosófica da obra de Paulo Freire.

No que diz respeito ao espectro ontológico, a influência de Hegel sobre Freire dá-se na intelecção do ser humano como um ser histórico e inacabado, de modo que a sua existência não pode ser desvinculada de sua interação dialética com o mundo e com os outros. A existência humana é perpassada por um movimento permanente de formação e

transformação, no qual o sujeito se constrói ao tomar consciência de si, de sua relação com a alteridade e das condições históricas que conformam sua existência.

Quanto à dimensão epistemológica, a influência ocorre à medida que o conhecimento é redimensionado de uma concepção estática e unilateral para um processo histórico, dialógico e mediado pela relação entre sujeito e realidade. Destarte, o conhecimento não é circunscrito à transmissão de conteúdos herméticos de um sujeito que detém o saber para outro concebido como objeto passivo dessa transmissão; contrário a isso, o conhecimento emerge de um processo de interação, problematização e superação das formas imediatas de compreensão da realidade.

É aqui que se revela também o influxo pedagógico hegeliano sobre a teoria pedagógica de Freire, no sentido que o processo de ensino-aprendizagem requer um movimento dialético que põe no centro da atividade a interação entre o sujeito e o seu contexto particular de interação e a relação intersubjetiva com os parceiros de aprendizagem, de modo que a educação não pode ser mais pensada como transmissão, assimilação e acumulação passiva de conhecimento. Quanto a isso, Freire propôs a superação de uma educação bancária, um paradigma de educação tradicional criticado por Freire em sua *Pedagogia do Oprimido*, no qual há uma relação verticalizada entre professor e aluno, na qual o mestre infunde o saber ao discípulo e este o recebe apenas passivamente sem questionar suas premissas e processos.

Do ponto de vista ético, a influência de Hegel sobre Freire se dá sobretudo com relação à eticidade e ao reconhecimento. Como sabemos, a filosofia da eticidade de Hegel constituiu uma tentativa de superar os limites do subjetivismo e do formalismo modernos. Tal qual Hegel, Freire plasma a sua proposta ética superando o monologismo da razão, historicizando-a e procurando assentar a ética em bases historicizadas e contextuais. O indivíduo ético é um permanente fazer-se histórico nas relações com os outros, tencionando superar os fardos da opressão e da alienação para assim alcançar o reconhecimento, a autonomia e a emancipação. O projeto ético é, assim, um projeto de desalienação dos sujeitos históricos que usam de sua consciência e da luta comum para se libertar coletivamente, não apenas em termos individuais e solipsistas.

Na perspectiva de Hegel, a vida ética é constituída por três dimensões fundamentais: (i) a família que é o horizonte primevo da formação e educação dos indivíduos pela família; (ii) a sociedade civil que é a instância das relações e dos interesses privados em que os indivíduos perseguem seus fins pessoais, estabelecem seus contratos,

suas relações laborais, enfim, realizam tarefas para a sua subsistência; (iii) o Estado que é o ápice da eticidade, tendo em vista que é o bem universal, isto é, o bem comum. Como afirma o próprio Hegel (2010, § 257): “o Estado é a efetividade da ideia ética”.

A diferença fundamental é que Freire não incorpora em sua teoria essa pretensão verticalizada do Estado como ápice da vida ética; para ele, o ápice da vida ética são as relações horizontalizadas dos sujeitos históricos que lutam por libertação contra processos opressivos e alienadores. Vale ressaltar que esse afastamento com relação ao Estado, também está presente em Honneth (2007) tanto em *Sofrimento de indeterminação* em que ele critica a superinstitucionalização do Estado hegeliano e o consequente esvaziamento da esfera pública cidadã, e em *O direito da liberdade*, em que Honneth (2015) defende uma eticidade democrática para além da restrição ao protagonismo estatal.

Hegel (1995) embasa a sua filosofia numa concepção de história segundo a qual a razão é corporificada nas relações concretas, de modo que, em vez de abstrata, a liberdade é compreendida como fruto de lutas. O progresso humano não é linear, mas permeado pelo conflito, pela dialética, pelo reconhecimento. É nesse sentido que, segundo Honneth (2003), Hegel opera uma mudança radical na filosofia da intersubjetividade ressignificando a luta por autoconservação de Hobbes e Maquiavel em termos de uma luta por reconhecimento para explicar o motor moral e a gramática social da luta por reconhecimento.

Nesse sentido, a dialética hegeliana da luta por reconhecimento não carrega consigo apenas o imediatismo da vitória de um em detrimento de outrem, mas carrega consigo a densidade ética de uma liberdade que é plasmada na tessitura dos processos sociais de reconhecimento mútuo, no sentido que tanto o senhor como o escravo são postos como sujeitos de reconhecimento e emancipação, no sentido que suas liberdades são complementares.

Na interpretação de Honneth (2015) em *O direito da liberdade*, isso é um dos pontos que torna a eticidade e o reconhecimento hegelianos uma experiência fundamental de redimensionamento das liberdades negativas (liberdade como não intervenção) e reflexivas (liberdade como autodeterminação da vontade) para a liberdade social: ser livre não é um ato isolado, mas vivenciado intersubjetivamente.

Como dito, Paulo Freire compartilha desse sentido hegeliano de eticidade segundo o qual os indivíduos se constroem na relação com os outros, de modo que a autonomia jamais pode ser compreendida como autorrelação monológica de uma razão

autorreflexiva, mas antes de tudo como permanente processo de (re)construção, isto é, como um permanente fazer-se e refazer-se. Como Honneth, Freire não compartilha da tese de Hegel (2010) posta na *Filosofia do Direito* que o Estado é o ápice da vida ética. Na contramão dessa superinstitucionalização da eticidade no aparato estatal, Freire considera que a vida ética é construída nas relações autênticas na horizontalidade das relações comunitárias.

Desde suas primeiras formulações, Freire explicita sua esperança na libertação da humanidade por meio de um projeto ético-político fundado no amor e na solidariedade, mediatizado pela relação concreta entre os sujeitos e o mundo, isto é, pela natureza histórica e pela organização social em suas múltiplas determinações. Trata-se de um projeto de “parto” histórico, no qual “o homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (Freire, 2019, p. 48). Essa posição diante da consciência e do mundo revela aproximações significativas com a dialética do senhor e do escravo desenvolvida por Hegel.

Conforme destaca Cirne-Lima (2008, p. 83), a dialética de Hegel não finda na superação enquanto anulação do outro; ela não é imóvel, estática, mas é dinâmica, isto é, ela é devir: está em permanente movimento. Na *Fenomenologia do Espírito* (§ 190), Hegel trata disso em termos de uma dialética do senhor e do escravo.

A dissolução daquela unidade simples é o resultado da primeira experiência; mediante essa experiência se põem uma pura consciência-de-si, e uma consciência que não é puramente para si, mas para um outro, isto é, como consciência essente, ou consciência na figura da coisidade. São essenciais ambos os momentos; porém como, de início, são desiguais e opostos, e ainda não resultou sua reflexão na unidade, assim os dois momentos são como duas figuras opostas da consciência: uma, a consciência independente para a qual o ser-para-si é a essência; outra, a consciência dependente para a qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. Uma é o senhor, outra é o escravo (Hegel, 1992, p. 130).

A *Fenomenologia* (1807) constitui uma obra fundamental sobre o processo de desvelamento da consciência, que inicialmente se dirige a um objeto, passando posteriormente à consciência de si, mas que só alcança sua plenitude nas relações intersubjetivas, a saber, nas dinâmicas de reconhecimento mútuo.

Esse processo de formação da consciência requer um salto qualitativo mediante o qual o indivíduo não se basta a si próprio e à sua intencionalidade. Mesmo o senhor que

se sabe “dono” do escravo, se dá conta que em última análise ele também é escravo por depender deste último; por outro lado, o escravo é livre à medida que se emancipa dessa relação ao criar um mundo mediado pelo trabalho.

A supressão (*Aufhebung*) dialética dessa relação é realizada quando ambos, tanto o senhor como o escravo, superam a unilateralidade de sua relação consigo próprio e reconhecem-se mutuamente como consciências livres que superam a “consciência infeliz”.

Essa consciência infeliz, cindida dentro de si, já que essa contradição de sua essência é, para ela, uma consciência, deve ter numa consciência sempre também a outra; de tal maneira que é desalojada imediatamente de cada uma quando pensa ter chegado à vitória e à quietude da unidade (Hegel, 1992, p. 40).

O cerne desse § 207 da *Fenomenologia*, reside na tese que, enquanto fechados em si, o senhor e o escravo são apenas “consciência infeliz”, isto é, oposição infinita, e indivíduos cindidos que jamais alcançarão a unidade da consciência e a libertação.

A *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire recepciona essa dialética hegeliana propondo uma pedagogia com uma nova forma de relacionamento entre estudante, professor e sociedade, que possa trazer a consciência àqueles que buscam libertar-se. Partindo de uma estratégia de Educação Popular que visa a superação da relação opressor-oprimido, uma proposta que segundo Freire (2019, p. 39) busca libertar aqueles que “se inquietam por saber mais”. A ordem atual guarda em seu interior uma violência que desumaniza. Uma violência que limita a potencialidade humana e desvaloriza a sua criatividade, mas que gesta uma vontade de *ser mais* em cada indivíduo.

Essa dialética “como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos”. (Freire, 2019, p. 41). Essa luta e o direcionamento para a superação dessa contradição só faz sentido a partir do momento em que os oprimidos buscam por sua humanização. E como podemos estimular essa busca? Quais os elementos dessa totalidade contraditória que precisamos compreender para utilizarmos a educação como mediadora do processo de humanização? Essa foi nossa provocação introdutória nessa investigação e é também o principal motor da *Pedagogia do Oprimido*, e, segundo Freire (2019, p. 41) aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores”. Os que oprimem e exploram, em razão

de seu poder, não podem, por meio desse mesmo poder, constituir-se a força de libertação daqueles que são oprimidos por ele:

Talvez dê esmolas. Mas, de onde as tiras, se não de tuas rapinas cruéis, do sofrimento, das lágrimas, dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbolo, ele o recusara porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e de sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacies a minha sede com as lágrimas de meus irmãos. Não dê ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve a teu semelhante aquilo que reclamaste e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem? (Freire, 2019, p. 42)

A grande generosidade na proposta de Freire não está na caridade, mas em forjar criticamente a luta que visa o desaparecimento das razões que alimentam o falso amor. Em sua luta por humanização, os homens, tentarão também restabelecer a generosidade verdadeira “e quem melhor que os oprimidos para entender o significado de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão?” (Freire, 2019, p. 43). Essa libertação apresentada aqui não chegará pelo acaso, mas pela busca; nesse sentido, pelo conhecimento e autorreconhecimento. Está aí o principal fundamento da educação em Freire.

A ação política junto dos oprimidos é para Freire (2019, p. 73) “no fundo uma ação cultural para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A ação libertadora ao reconhecer a vulnerabilidade dos oprimidos, se coloca através da reflexão e da ação em favor da independência. Nesse sentido para a Pedagogia do Oprimido “não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora” (Freire, 2019, p. 77). Essa pedagogia é a dos oprimidos, pois a presença dos oprimidos na busca da libertação é mais do que uma falsa participação, é engajamento.

Ser mais e autorrealização

Precisamos apontar que a análise feita por Freire sobre a educação libertadora tem como pressuposto a sua concepção de humanidade que tem como principal projeto a sua *autorrealização*. Na busca de apresentar o conceito de humanização presente nas obras de Paulo Freire, Mendonça (2008, p. 21ss) afirma que este recebeu influência de três vertentes do humanismo: o humanismo cristão, o humanismo existencialista e o humanismo marxista. Entendendo a Pedagogia do Oprimido como humanista e libertadora, Freire (2019, p. 86) afirma:

É que, se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos.

Esta passagem reafirma a concepção de humanidade do autor, o ser humano como possuidor de uma vocação ontológica de humanizar-se, vocação essa que se realiza historicamente. É evidente que Paulo Freire recebeu diversas influências teóricas, até mesmo de Hegel como citado por comentadores anteriormente, mas podemos formular a seguinte questão: não existe também um eco hegeliano na concepção freireana de *autorrealização*?

Autores como Bobbio, Honneth e Taylor, em suas interpretações sobre os tratados hegelianos, já delineiam alguns pontos que podem ser úteis no propósito de reconstruir e compreender o projeto político de Hegel sob o prisma do reconhecimento e da *autorrealização* da liberdade individual como elementos-chave na construção do projeto de eticidade. (Weber; Kirsten, 2017, p. 123)

Podemos perceber que há literatura consolidada acerca das noções de liberdade, reconhecimento e autorrealização em Hegel. Contudo, o processo de humanização que consiste na realização humana de sua vocação ontológica e histórica de ser mais, é quase sempre atribuída a referências marxistas, o que é parcialmente verdade, visto que o pensamento de Freire está situado em contexto de desigualdade extrema e de explícito conflito de classes. O que devemos apontar é que Freire se preocupa prioritariamente com a humanização por meio do desenvolvimento da consciência no interior da relação entre educador e educando. É possível afirmar que no jovem Hegel o movimento da consciência torna-se ainda mais compreensível para o nosso objetivo de associação com Freire. O reconhecimento é essencial para a formação humana, pois o indivíduo só realiza sua liberdade na relação com o outro e nas mediações sociais e históricas. Essa ideia aproxima-se da noção de *ser mais* enquanto busca de *autorrealização* que não é concebida em termos egocêntricos, mas efetivada nas relações e interações com os demais, de modo que a realização de um sujeito requer a realização dos demais sujeitos imersos no processo emancipatório que se constitui como uma dinâmica social, coletiva e jamais individualista.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu evidenciar que a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, estrutura-se a partir de uma racionalidade profundamente dialética, cuja centralidade reside na contradição histórica entre opressores e oprimidos e na possibilidade de sua superação por meio da práxis emancipatória. Embora Freire não se proponha a realizar uma exposição sistemática da filosofia hegeliana, sua elaboração teórica revela aproximações significativas com categorias presentes na tradição clássica alemã, sobretudo no que se refere à constituição histórica da consciência, ao reconhecimento intersubjetivo e ao movimento de superação das formas de desumanização. Nesse sentido, a relação opressor-oprimido pode ser compreendida como uma reelaboração ético-política da dialética do senhor e do escravo posta por Hegel na sua *Fenomenologia do Espírito*, deslocada das abstrações do idealismo europeu para o interior das condições concretas de exploração, dependência e exclusão características da experiência latino-americana.

A investigação também permitiu compreender que a apropriação freireana da dialética não ocorre de maneira meramente reprodutiva, mas como reconstrução crítica orientada por um horizonte humanista e libertador. Em Freire, a dialética deixa de operar apenas como lógica do desenvolvimento da consciência para assumir a forma de uma pedagogia da libertação, fundada na ação coletiva, no diálogo e na conscientização dos sujeitos históricos. A educação, nesse contexto, não constitui simples transmissão de conteúdos, mas mediação fundamental do processo pelo qual os indivíduos reconhecem sua inserção no mundo social e tornam-se capazes de transformá-lo. É precisamente nessa articulação entre consciência, historicidade e práxis que emerge a noção freireana de *ser mais*, entendida como movimento de *humanização* e *autorrealização* dos sujeitos em sua relação com o outro e com a realidade histórica.

Além de contribuir para o aprofundamento filosófico da obra freireana, este estudo buscou reafirmar a atualidade crítica da *Pedagogia do Oprimido* diante das permanências históricas da desigualdade social, da exclusão educacional e das múltiplas formas contemporâneas de desumanização. Em um contexto marcado pela intensificação de discursos autoritários e pela mercantilização crescente da educação, a defesa freireana de uma pedagogia dialógica e emancipatória conserva notável potência teórica e política. Assim, reconhecer os ecos hegelianos presentes na elaboração de Freire não significa

reduzir sua obra a uma derivação da tradição europeia, mas compreender como o autor brasileiro reelabora criticamente categorias clássicas da filosofia moderna a partir das demandas históricas concretas da América Latina, produzindo uma teoria original da libertação humana cuja relevância ultrapassa os limites do campo educacional e permanece fundamental para o pensamento crítico contemporâneo.

Pode-se, portanto, concluir afirmando que o ápice da recepção crítica de Paulo Freire acerca da dialética hegeliana do senhor e do escravo reside no fato de que é necessário superar a unilateralidade da “consciência infeliz”, isto é, aquela consciência autorreferenciada e cindida em si mesma, encerrada em uma autorrelação absoluta e formal, sem densidade ética, sem reconhecimento mútuo e perdida na tensão entre finitude e infinitude. Como demonstrado, essa reorientação intersubjetiva da fenomenologia de Hegel foi um legado que Freire incorporou em sua pedagogia libertadora com o devido zelo.

Referências

CIRNE-LIMA, Carlos. *Dialética para principiantes*. 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 2. ed. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou direito natural e ciência do Estado em compêndio*. Tradução de Paulo Meneses et al. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução à filosofia da história universal*. Tradução de Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. *Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Camila Téio da. *A gênese da pedagogia do oprimido: o manuscrito*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

WEBER, Thadeu; KIRSTEN, Kassius. Reconhecimento e autorrealização: um caminho para a construção da liberdade em Hegel. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v. 22, n. 1, p. 121-135, jan./abr. 2017.

WOHLFART, João Alberto. Filosofia e Educação: diálogo entre Hegel e Paulo Freire. *Revista Práxis*, v. 1, n. 1, p. 64-78, 2015.

Recebido em: 19/05/2026

Aprovado em: 06/09/2026

Publicado em: 09/09/2026